

Rodrigo Vilela, da Samarco, diz que municípios perderam chance histórica ao rejeitarem acordo



O Território Notícias acompanhou, nesta semana, a entrevista do presidente da Samarco, Rodrigo Vilela, ao podcast *EM Entrevista*, do jornal Estado de Minas. Na conversa, Vilela abordou pontos-chave sobre o novo acordo de reparação firmado após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, e criticou duramente a decisão de 23 municípios de não aderirem ao pacto. A seguir, fizemos uma síntese dos principais trechos da entrevista e destacamos a análise sobre os impactos e desdobramentos dessa decisão.

Na entrevista exclusiva, o presidente da mineradora Samarco, Rodrigo Vilela, classificou como um “erro estratégico” a decisão de 23 municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, de não aderirem ao novo acordo nacional de reparação firmado com as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton.

O pacto, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em outubro de 2024, prevê a liberação de R\$ 6,2 bilhões a serem investidos ao longo de 20 anos, contemplando 49 cidades impactadas pela tragédia ambiental de 2015. Contudo, mais da metade (26) dos municípios afetados aderiram ao acordo. Entre os que optaram por ficar de fora estão algumas das cidades mais atingidas, como Mariana, Ouro Preto e Governador Valadares.

“Lamentamos muito a decisão desses municípios. E Mariana, principalmente, porque o prefeito anterior tinha manifestado a vontade de aderir”, declarou Vilela.

Para o executivo, a recusa das prefeituras se dá por uma aposta em alternativas jurídicas incertas, como a ação movida no Reino Unido contra a BHP Billiton, que tramita na Justiça britânica e pode se estender até 2028. Segundo Vilela, manter esse caminho representa uma “aventura jurídica”.

“Vejo isso, realmente, com muita tristeza. Existem muitos movimentos que não

querem seguir adiante. Preferem ficar olhando para trás”, lamentou.

Modelo de pagamento contestado

Uma das principais críticas dos municípios que rejeitaram o acordo é o modelo de pagamento parcelado em 20 anos, sem correção monetária. Os gestores consideram o formato desvantajoso, principalmente diante da inflação e das incertezas econômicas futuras.

Vilela, no entanto, defende o modelo, argumentando que ele garante previsibilidade e estabilidade financeira para os municípios. Ele cita como exemplo a cidade de Mariana, que teria direito a R\$ 1,2 bilhão — valor equivalente ao dobro do orçamento anual previsto para 2025, que é de R\$ 769 milhões.

“Ela dobra sua capacidade de investimento. Estamos perdendo uma grande oportunidade de ter investimentos de longo prazo, estruturantes, ao longo do Rio Doce”, afirmou.

Impasse jurídico e aposta bilionária

A decisão dos 23 municípios está diretamente relacionada à continuidade da ação coletiva movida em Londres contra a BHP Billiton, uma das controladoras da Samarco. A ação busca responsabilizar a mineradora pelos danos socioambientais e humanos causados pela tragédia de Mariana e pode garantir, segundo estimativas, até R\$ 268 bilhões em indenizações.

Para aderirem ao acordo no Brasil, os municípios teriam que desistir de qualquer ação judicial contra as mineradoras, tanto no Brasil quanto no exterior, algo que muitos prefeitos consideram inaceitável diante da possibilidade de ganhos mais expressivos no Reino Unido.

Apesar da adesão parcial, Vilela afirma que o acordo nacional permanece robusto, com um total de R\$ 32 bilhões destinados a indenizações, reassentamentos, compensações e reparação ambiental.

“Não é uma derrota. Tem muito o que ser entregue. Vamos conseguir dar a definitividade que esse processo precisa”, concluiu o presidente da Samarco.

Análise: acordo ou embate judicial?

O impasse revela o dilema enfrentado pelas cidades atingidas: aceitar um valor fixo, parcelado e sem correção, com início imediato de repasses, ou manter a aposta em um julgamento internacional de desfecho incerto, mas potencialmente muito mais lucrativo.

Enquanto a Samarco defende o pragmatismo e a previsibilidade do acordo nacional, os municípios mais críticos veem nele uma tentativa de minimizar os custos de um desastre histórico, cujo impacto ambiental, econômico e humano ainda é sentido pela população do Rio Doce.

Com a data-limite para adesão encerrado em março de 2025 e audiências importantes previstas na Justiça britânica para julho, os próximos meses serão decisivos para o rumo da reparação — seja pela via da negociação, seja pelos tribunais internacionais.

Juliano Duarte critica os termos do Acordo

O prefeito de Mariana, Juliano Duarte (PSB), justificou a decisão em coletiva de imprensa no dia 28 de fevereiro. Segundo ele, a cidade mais impactada pelo desastre sequer participou das negociações. "Preferimos assumir o risco e buscar melhorias, cada prefeito sabe a realidade da sua cidade. O acordo é de Mariana, e a cidade mais impactada não participou do acordo. Das 49 cidades, só 16 assinaram. Todos podem ver que é uma derrota, porque quem de fato deveria ter compensado no acordo, não foi", criticou.

Duarte também ressaltou que Mariana perdeu 70% de sua arrecadação após a tragédia e que o parcelamento da indenização em 20 anos é inviável para o município. Ao rejeitar o acordo, Mariana abriu mão de um pagamento imediato de R\$ 150 milhões, mas mantém a esperança de uma indenização maior no processo em curso na Justiça britânica.